

ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS MÁXIMO AQUINO PEIXOTO E MARIA DE LOURDES QUEIROZ DE ALMEIDA SITUADAS NA ZONA RURAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA.

Adriana Naiara Santos de Lima¹

RESUMO

Após um Estudo de Caso nas Escolas Municipais Máximo Aquino Peixoto e Maria de Lourdes Queiroz de Almeida situadas na Zona Rural de Santo Antônio de Jesus-Ba., com o foco no processo de aprendizagem no que diz respeito à leitura, elaborou-se o referido artigo com o objetivo referenciar e ressaltar práticas de procedimentos pedagógicos que podem ser utilizados para sanar as dificuldades existentes no processo de aprendizagem da leitura e suas atribuições. Trata-se de uma abordagem qualitativa, que respectivamente introduz levantamentos bibliográficos para justificar a realidade em relato, possibilitando listar procedimentos que possam ser utilizados pelos profissionais da área para minimizar as dificuldades de leitura nas escolas em questão. O estudo feito sobre o tema nos leva a pensar em uma prática educativa onde o profissional de pedagogia possa desenvolver seus trabalhos dentro da linha de raciocínio de que todos são capazes de construir seu próprio conhecimento e que o pedagogo é o mediador entre o sujeito e a aprendizagem.

Palavras-chave: Leitura, Dificuldades, Aprendizagem, Experiência, Conhecimento

INTRODUÇÃO

O artigo científico em questão tem como tema: A Intervenção Pedagógica no Processo da Leitura: Uma experiência nas Escolas Municipais Máximo Aquino Peixoto e Maria de Lourdes Queiroz de Almeida. A abordagem desta temática valoriza-se ao se levar em consideração dados e informações vigentes na mídia a respeito das discussões e debates que envolvem os obstáculos no processo de aprendizagem da leitura, que traz um grande desconforto para a família e, principalmente o sujeito, frustrado com o fracasso na aprendizagem. Com a globalização das informações todo o mundo passa por dinâmicas transformações e também as práticas em sala de aula sofrem com tais alterações. A prática pedagógica no linear da sua historicidade sempre teve suas dificuldades e desafios frequentes

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da FAMAM - BA, drykkalyma@hotmail.com;

como o de saber lidar com as diversidades do cotidiano. Cabe ao profissional de educação a capacitação e adequação a tais modificações para que possa através de técnicas e dinâmicas pedagógicas ultrapassar dificuldades e efetivar a construção de conhecimentos em fim, do processo de aprendizagem. Neste sentido, a escrita e a leitura fazem parte do nosso cotidiano. Em todos os setores da sociedade, a civilização humana para se comunicar dinamicamente depende da leitura. No entanto, desde sua invenção a escrita vem ao longo dos anos passando por transformações que incidem de forma decisiva no processo de aprendizagem da leitura, em outras palavras, desde a sua criação pelos sumérios, a escrita, vem verdadeiramente revolucionando o sistema de comunicação entre os homens e a qualidade de mensagens trocadas sofrem mutuamente uma verdadeira revolução. Para Kupstas (1998) a história mostra que, ao longo dos séculos, as alterações foram introduzidas no sistema escrita pelas civilizações que o dominaram. Egípcios, hebreus, fenícios entre outros, contribuíram para a evolução da escrita, até que os gregos criassem o que conhecemos por alfabeto. Assim, no século XVI dois acontecimentos provocaram mudanças importantes na civilização ocidental: a invenção da imprensa e a Reforma Protestante o que vieram a enlargar os hábitos de ler e escrever da sociedade através de textos religiosos e suas traduções, como também textos informativos e filosóficos, entre outros. O referido século caracterizou-se por mudanças importantes em vários domínios, sobretudo pelo uso da escrita e da leitura nas relações sociais. Contudo, é inegável, que o processo de leitura e escrita por muito tempo foi seletista, o direito a leitura e a escrita era de uma minoria, principalmente destinado aos poderosos, inicialmente ao clero, depois as grandes colecionadores de terras e por fim a burguesia. Só a partir da Revolução Industrial, no século XIX, que se iniciou o processo de escolarização para a população em geral. Em outras palavras, a indústria precisava de mão-de-obra especializada e para isso os mesmo necessitavam do dominar a habilidade de ler e escrever para que pudessem seguir as informações necessárias a uma produção eficiente, pois a comunicação oral já não era o bastante. Neste cenário, competia à escola básica introduzir o sujeito na escrita, alfabetizando-o, para que o mundo da cultura, veiculada pela escrita, pudesse ser aprendida. A alfabetização tornava-se, então um direito de todo cidadão, nos países em que a igualdade entre os homens era apregoada e garantida por Constituição (KUPSTAS, 1998, p: 51). Embora tal garantia estivesse muito longe da realidade. No Brasil, mesmo garantida pela Constituição após a Independência, a educação ainda é destinada aos filhos das famílias das classes dominantes, contudo muitas vezes se levantaram em prol da modificação desse cenário caótico da educação brasileira.

METODOLOGIA

O analfabeto brasileiro pertence às classes mais desfavorecidas, o que vem acentuar, que grande parte das dificuldades que circundam o processo de aprendizagem da escrita e da leitura sejam de fundo social, ou do tipo de relações sociais que o sujeito está inserido. Nas sociedades letradas, a leitura e a escrita entrelaçam as complexas relações sociais e as práticas culturais. Assim, para Kupstas (1998), o comportamento do homem, principalmente urbano, se regula pela leitura e escrita, nos diversos domínios da convivência social: jurídico, comercial, institucional, trabalhista, constitucional, religioso, pessoal. Assim, após uma investigação nas Escolas Municipais Máximo Aquino Peixoto e Maria de Lourdes Queiroz de Almeida, foi gerado o reconhecimento da realidade da escola, podendo desta forma, através de diagnóstico indicar que a maior problemática da referida escola encontrava-se no processo de aprendizagem da leitura. Além de indicações por parte da diretora e dos professores, observa-se que em uma maioria os esquivam-se de atividades que envolvam leitura, pois os mesmos não possuem um nível satisfatório em seu aprendizado da leitura, as dificuldades em entender o que está escrito acaba por afastá-los ainda mais das atividades escolares e assim, de sua evolução no processo de ensino/aprendizagem. Comparando a realidade das Escolas Municipais Máximo Aquino Peixoto e Maria de Lourdes Queiroz de Almeida, com a afirmação de que a leitura é um ato essencial para o crescimento do indivíduo com cidadão, pois, ela se faz presente em todos os âmbitos. Compreendemos que o educando contendo o domínio e sua compreensão melhor será sua visão de mundo. Cabe aos profissionais da pedagógica o agregar de conhecimentos para uma intervenção eficaz quando necessário. O que segundo Bossa (2000) quando se fala de intervenção, a proposta deveria ser a de eleição de alternativas para minimizar as decorrências dos problemas, além de atuar para prevenir o surgimento de outras conseqüências. Assim, nas Escolas Municipais Máximo Aquino Peixoto e Maria de Lourdes Queiroz de Almeida, optou-se por vivenciar tal experiência, objetivando sensibilizar os professores e motivar os alunos que são os maiores beneficiados nessa pesquisa, pois, uma vez motivados terão oportunidades de inseri-los no mundo da leitura ampliando assim sua visão de mundo. Sendo que o referido artigo traz como objetivo geral a pesquisa de procedimentos que o psicopedagogo pode utilizar para sanar as dificuldades no processo de leitura em alunos do Ensino Fundamental I.

DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que a intervenção é a ação de intervir, ou seja, de fazer interferência em uma determinada relação a qual esteja caminhando de forma anormal. Nessa perspectiva, pode-se conceituar intervenção pedagógica como uma ação que objetiva minimizar ou prevenir os problemas de aprendizagem no âmbito institucional. Como o papel da pedagogia é, principalmente, na atuação preventiva junto à escola, é relevante se considerar os elementos essenciais: o professor e o aluno, em seguida, a família e a comunidade. Autores como Albee e Joffe (1977), propõem contribuições significativas para o trabalho preventivo, como: os níveis de prevenção que, segundo estes autores temos: a primária, a secundária e a terciária. A prevenção primária se constitui de ações a serem realizadas, visando evitar as situações problemas. Elas ocorrem, especialmente, por meio do desenvolvimento de programas educacionais. Esses programas são destinados a todos e não somente a um determinado grupo da população: professor, aluno, família e sociedade. A prevenção secundária consiste em, após o diagnóstico de um determinado problema, propor uma intervenção focalizada a um determinado grupo, a qual tem por objetivo proteger determinadas populações de risco. A prevenção terciária é mais complexa que as anteriores, tendo por objetivo a intervenção em populações ou grupos onde os problemas já estão instalados. Assim, ela visa reduzir os efeitos, as conseqüências desses problemas. Sendo assim, pode-se constatar que neste contexto as ações de prevenção são de fundamental importância, destacando-se, especialmente, a prevenção primária, pois esta possibilita um trabalho amplo, ou seja, com toda a população, com o intuito de evitar situações problemas. Podemos observar também que esta atua diretamente junto ao processo educativo. Fica comprovado seu nível de abrangência para o desenvolvimento das intervenções pedagógica preventivo-institucional. Tomando como base os níveis apresentados por Bossa (2007), elege-se três níveis de intervenção pedagógica. No primeiro nível, o pedagogo atua junto aos processos educativos visando evitar os possíveis problemas de aprendizagem. Ele propõe um trabalho que leve em consideração as questões didático-metodológicas, a formação e a orientação de professores, também, o aconselhamento aos pais. O segundo nível tem por finalidade tratar e diminuir os problemas de aprendizagem que já se encontram instalados. Essa proposta reside institucional, partindo daí, inicia-se a elaboração dos planos de intervenção, os quais devem considerar o trabalho dos professores e o currículo, com o intuito de evitar que os problemas se repitam. No terceiro nível, o objetivo consiste na eliminação dos transtornos que já se encontram

instalados. Aqui a prevenção seria em evitar ou prevenir o aparecimento de outros problemas. Neste caso, a proposta de intervenção deve ser a de buscar alternativas para minimizar as consequências dos problemas já existentes, também, prevenir o surgimento de outros. Outros autores que também propõe alternativas para aprimorar o processo de construção do conhecimento, por meio de ações de intervenção em nível preventivo são Fagali e Vale (1994) quando consideram a importância da revisão dos programas curriculares das instituições e sua articulação aos aspectos afetivo-cognitivos; atenção para a utilização de diferentes formas de trabalhar o conteúdo programático; elaboração de diversos materiais para o uso do próprio aluno de forma a integrar o raciocínio, a afetividade, a cognição, o conhecimento. Sendo assim, a intervenção pedagógica preventiva proposta pelos autores acima citados tem como referência a ação curricular e os aspectos afetivo-cognitivos dos discentes. A história das concepções sobre prevenção surgiu no século XX, tendo como referência a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã. Pois, havia uma grande necessidade de atuação dos médicos, paramédicos, psicólogos e educadores junto às vítimas com problemas emocionais. Por isso, essas concepções estão sempre ligadas à ideia de saúde, bem-estar físico e emocional. Para Durlak (1997), prevenção é um conhecimento multidisciplinar que envolve as diversas áreas do conhecimento, entre elas estão a psicologia, a medicina, a educação, a sociologia, entre outras. Segundo Albee e Gullota (1997), as primeiras propostas formais de intervenção em sentido preventivo consideraram o aspecto mental, emocional e educacional. Podemos observar que, quando surge um problema em um determinado grupo escolar ou em uma instituição qualquer, as causas estão sempre interligadas à outras, por isso, na maioria das vezes, há necessidade de um trabalho multidisciplinar. Quanto à leitura, reconhecemos a importância da mesma, pois sua função é formar sujeitos sociais leitores da realidade em que se inserem. Entretanto, percebe-se que as instituições sofrem significativamente com alunos que apresentam esta dificuldade, em ler e, principalmente, compreender o que lêem. Surge a necessidade de haver uma intervenção pedagógica nesta área, pois percebemos que esta deficiência prejudicará o desenvolvimento cognitivo do educando ao longo dos anos. A maior parte do trabalho realizado com leitura é para interpretação ou estudo de conteúdos. Como diz Lajolo (1984, p. 83), a leitura não é pretexto e nunca deve ser. É claro que a leitura como pretexto é preciso, mas não sempre, ainda mais no mundo onde a informação é extremamente necessária. Incentivar a leitura prazerosa é dever de todo educador. A escola deve ter um momento para a leitura, pois para estimulá-la é necessário oportunizar aos estudantes a vivência de momentos literários, tarefa difícil, mas fundamental para a formação do leitor crítico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atual prática pedagógica, os alunos que ainda não sabem ler nem escrever mesmo na idade cronológica condizente com as normas da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), dita adequada para a leitura, quando todos os esforços foram usados para que o bom desempenho do aluno seja completo e mesmo assim ele não alcança os objetivos, nascem os questionamentos. Porque ele não aprende? Qual metodologia adequada para erradicar essa problemática? Quais procedimentos utilizar perante este desafio? Quais as causas da não-aprendizagem?

Para desvendar tais respostas se fez necessário um diagnóstico, através de trabalhos de: investigação; identificação e intervenção, mediante as dificuldades que existirão no desenvolvimento da leitura de uma criança. Dificuldades estas consideradas normais dentro de qualquer processo em construção, o que importa é a forma como as mesmas são trabalhadas, não permitindo que o ambiente se torne desestimulante para quem aprende. A palavra aprendizagem tem um sentido bastante amplo e forte. Se a sociedade não ensinar as crianças os conhecimentos básicos para a sua sobrevivência em face das necessidades pessoais e sociais, quem irá fazê-lo.

Neste sentido, ressalta Nunes (1992), que a criança entra na escola em meio a um clima de expectativas no tocante à tarefa de aprender a ler e a escrever, a alfabetização é, sem dúvida, a meta que deve ser alcançada por ela, deixando pais e professores ansiosos. Desacreditar no sucesso da criança sadia, que ingressa na escola, já sabendo falar, que reconhece objetos, capaz de executar tarefas que coincidem com 14 sua idade cronológica e cognitiva, não é lógico, porém o que deve ser considerado pela família e pelos educadores é que ler e escrever são processos específicos e como tal requer da criança novas habilidades que até então não faziam parte do seu cotidiano. Aprender a ler é para a criança enfrentar novos desafios em relação ao conhecimento linguístico, sem duvidas é um processo complexa para todas as crianças, sem exceção. O que difere as crianças nesta etapa é que algumas terão mais dificuldades que as outras. Numa generalização, tais habilidades necessárias para leitura mais afetadas pelos obstáculos naturais do processo são: decodificação; compreensão do significado da palavra; relações estabelecidas entre palavras.

São varias causas que desencadeiam as dificuldades de leitura, se partimos de uma generalização de ideias de alguns autores citados neste artigo, mas em suma seriam: problemas emocionais; carência cultural; métodos de aprendizagem defeituosos; alterações no estado sensorial e físico; imaturidade na iniciação da aprendizagem da leitura; incapacidade geral para aprender, as principais causas responsáveis por um retardamento secundário na leitura, diferente da dislexia específica que é considerada a causa mais conhecida de dificuldade para a aprendizagem da leitura e da escrita.

A prática da leitura verdadeiramente significativa baseia-se na capacidade de conciliar destreza de decodificação de letras, palavras e frases, com o que elas significam dentro de um texto, com a capacidade de indicar, no mesmo, novas idéias e hipóteses sobre o que se ler. É função do psicopedagogo junto com o corpo educacional da instituição desenvolver após diagnostico dos fatores que desencadeiam as dificuldades no processo de aprendizagem colocar em prática estratégias, métodos para uma leitura interativa, onde o professor direcione o aluno à compreensão de sua leitura. Algumas formas para se obter uma leitura compreensiva estão no fato de considerar e valorizar os conhecimentos prévios do mesmo, ou melhor, os professores devem ativar estes conhecimentos.

A simples exibição de gravuras para uma turma de alunos poderá levar à construção de inúmeras idéias sobre o que há numa história ou outro texto qualquer. Elaborar predição, fazer inferências são outras estratégias de leitura que podem levar ao aluno a compreender o que está lendo. A leitura deve ser algo que nos traz prazer e pode ser também necessária quando buscamos nela, dados, informações ou confirmações sobre o que ouvimos falar. Assim, para que o processo de construção da leitura e da escrita seja efetivado com eficácia e sucesso para o individuo na sua vida escolar se faz necessário que os agentes envolvidos, tenham o firme conceito de que todos os alunos são capazes de aprender.

Foram realizadas atividades que contribuíram para o desenvolvimento dos alunos tanto na leitura, quanto na escrita, essas atividades foram aplicadas de maneira dinamica e informativa fazendo com que os alunos tivessem interesse em repeti-las, trazendo pra sala de aula os assuntos abordados no ambito familiar através da leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a investigação propriamente dita nas Escolas Municipais Máximo Aquino Peixoto e Maria de Lourdes Queiroz de Almeida situadas na Zona Rural da cidade de Santo Antônio de Jesus – Bahia., tornou-se evidente que cada indivíduo é único, cada um possui suas particularidades, uns facilmente engajassem no processo de leitura e adequassem sem grandes dificuldades enquanto outros passam de etapas sem nem mesmo ter o domínio da leitura com um certo nível de aceitação para a série em que se encontram mesmo assim são promovidos sem tal domínio, agravando o desequilíbrio no processo de aprendizagem, mas de uma certa forma atende-se ao sistema pois a criança esta na idade certa, na série correta, mas o domínio da leitura esta aquém ao grau de complexidade da série em que esta aumentando a cada ano o índice de reprovação, pois se o aluno não lê adequadamente como interpretar as informações que lhes são passadas. Tudo é uma questão individual de aprendizagem e de oportunidades de vivências, experiências significativas que auxiliem na aquisição da leitura e escrita. Então cabe a coordenação pedagógica auxiliar o professor na compreensão do que venha a ser o progresso alcançado por cada um dos seus alunos, o que contribuirá para solucionar e desmistificar os problemas de aprendizagem que se apresentam no processo de alfabetização, eliminando ou minimizando tanto os índices de repetência quanto os de evasão tão peculiares à educação, principalmente na educação pública.

REFERÊNCIAS

_____, N. A. (1994) Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas.

ALBEE, G. W. e JOFFE, J. M. The issues: an overview of primary prevention. University of Vermont by the University Press of New England, Hanoverand London, 1977.

BOSSA, N. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAVALCANTE. Roseane A.M. O processo de leitura e escrita numa visão psicopedgógica. Acesso em 04 de novembro de 2011 em <http://WWW.webartigos.com/artigos/o-processo-de-leitura-e-escrita-numa-visão-psicopedagogica.com>

DURLAK, J. A. Basic concepts in prevention. New York: John Winley & Sons, 1997.

FAGALI, E.Q. e VALE, Z. R. Psicopedagogia Institucional Aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1985.

histórias. São Paulo: Ática, 1984.

KUPSTAS, Márcia. Educação em debate. São Paulo: Moderna, 1998.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura Infantil Brasileira: história e

MALUF, M. I. (2005). Artigo: Preguiça Escolar ou Dificuldades de Aprendizagem? Jornal da Educação. Ano XVII. N. 184, junho.

NUNES, Terezinha. Dificuldades na Aprendizagem da Leitura: Teoria e Prática. São Paulo: Cortez, 1992.

PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PIAGET, J. A equilibração das estruturas cognitivas, problema central do desenvolvimento.

Trad. Fernando Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

professor. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura. Editora: Artes Médicas, 1987.